



191

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH - CAMPUS IV - JACOBINA
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ESTADO
PROGRAMA REDE UNEB 2000 – NÚCLEO – VÁRZEA DA ROÇA – BAHIA

Celúcia Paz da Cruz
Marília Oliveira da Silva Maia
Marlene Almeida da Cunha Figueredo
Núbia Oliveira Almeida da Cruz

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma concepção ainda pouco entendida

Várzea da Roça – Ba
2008

CELÚCIA PAZ DA CRUZ
MARÍLIA OLIVEIRA DA SILVA MAIA
MARLENE ALMEIDA DA CUNHA FIGUEREDO
NÚBIA ALMEIDA OLIVEIRA DA CRUZ

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma concepção ainda pouco entendida

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Ciências Humanas DCH - Campus IV, no programa de formação de professores da Rede Uneb 2000, como exigência parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Antenor Rita Gomes

Várzea da Roça - BA
2008

CELÚCIA PAZ DA CRUZ
MARÍLIA OLIVEIRA DA SILVA MAIA
MARLENE ALMEIDA DA CUNHA FIGUEREDO
NÚBIA ALMEIDA OLIVEIRA DA CRUZ

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma concepção ainda pouco entendida

Banca examinadora:

Professor Dr. Antenor Rita Gomes

Professor José Alfredo Araújo

À nossa força maior, Deus, que nos deu saúde e disponibilidade para realizar este trabalho.

Em especial aos meus pais Rosália Paz e Aurelino Cruz, que me ajudaram e que sempre acreditaram em mim.

Ao meu amor Marcelo Lima (Celúcia Paz)

Em especial aos meus pais, Valdetudes e Maria de Lourdes. (Marília Oliveira)

Em especial aos meus pais, Marinho e Duvalina e às minhas irmãs Maria Rosanete e Vanda, por não me terem deixado desistir nas horas difíceis e ao meu esposo, Neto, por ter me ajudado até o final dessa caminhada. (Marlene Almeida da Cunha Figueredo)

Em especial à minha mãe Regina Almeida, que sempre me incentivou e à minha irmã Lindalva, que muito contribuiu na minha vida estudantil.

Ao meu esposo Reginaldo, pela compreensão e paciência nas minhas ausências de mãe e dona de casa.

A minha eterna gratidão ao meu pai Damião Silva Almeida, que sempre acreditou em mim. (*In memoriam*) (Núbia Almeida).

AGRADECIMENTOS

Ao nosso orientador, Antenor Rita Gomes, que nos ajudou na concretização deste trabalho.

Aos nossos colegas professores que, quando solicitados, tiveram boa vontade, colaborando, assim, com o nosso trabalho.

A nossa gratidão ao nosso conterrâneo, Rafael Sampaio, que, mesmo distante (residindo na Irlanda), colaborou conosco.

RESUMO

O presente estudo objetiva conhecer e refletir sobre as concepções que os professores da Rede Municipal de Ensino de Várzea da Roça, Bahia, têm da Educação Inclusiva. Para isso, foram realizadas pesquisas por meio do método qualitativo-descritivo-analítico com ênfase na pesquisa de campo, através da qual a partir de entrevistas fez-se a comparação dos dados obtidos com referência a variados autores e linha de pensamento sobre o tema. Discute sobre cultura e analisa as influências das classes dominantes na construção histórica/social. Apresenta leis internacionais e nacionais que amparam os processos de integração e inclusão e os direitos dos que sofrem discriminações. Retrata a atual educação do Município de Várzea da Roça. Debate sobre concepção e os conceitos de marginalização, diferenças e igualdade. Informa sobre a história da educação no Brasil e pontua sobre a expansão, a evolução do sistema educacional brasileiro e sobre a influência negativa do currículo escolar. Descreve e caracteriza, resumidamente, a Educação Inclusiva. Analisa o significado das nomenclaturas Portador de Necessidades Especiais e Portador de Necessidades Educativas Especiais. Mapeia e relata as concepções docentes sobre educação inclusiva. Relaciona as concepções de educação inclusiva dos docentes com as práticas pedagógicas vigentes. Identifica e relata quais ações estão sendo desenvolvidas nas escolas municipais de Várzea da Roça para a promoção da Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Concepções, Inclusão Escolar, Portadores de Necessidades Educativas Especiais, Formação de Professores.

Summary

The current study aims to know and reflect about the teacher's conceptions of the Educative System in Varzea da Roca, concerning to the Inclusive Education. So, outdoor researches were done based in quality, descriptive and analytical methods, then we've compared the final results alluding to diverse authors and studies concerning to the topic. It also discusses about culture and analyses the effective social group's influences in the historical and social structure. The mentioned study presents national and international rules which support the process of integration and inclusion and the rights of those who suffer discrimination. Reports the current Educative System in Varzea da Roca. It discusses the conception of marginality, diversity and equality. Informs about the History of Educative Process in Brazil and shows up the development and evolutin of it. It also discusses about the negative influence of the scholar grades and subjects. Explains and points out, shortly, the Inclusive Education. Analyses the difference of meaning between person with disability and person who needs Inclusive Education. Points out and reports the Inclusive Education and the current educative pratice. Finally, it says which actions are being developed at schools in Varzea da Roca to promote the Inclusive Education.

Key words: Inclusion, Conceptions, Necessity Specials Education Porter and Teachers Formation.

Traga dúvidas e incertezas, doses de ansiedade, construa e desconstrua hipóteses, pois aí reside a base do pensamento científico no novo século. Um século cansado de verdades, mas sedento de caminhos.

Cláudia werneck

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	8
1 O LEGADO DO PROCESSO HISTÓRICO PARA O MEIO SOCIAL E A EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	8
2 METODOLOGIA	15
II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 – CONCEITO COMO UNIDADE DE CONHECIMENTO.....	23
2.2 – AS CHAVES PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.....	28
III – EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a abertura de uma escola para a vida.....	34
3.1 – INTEGRAR E INCLUIR: confusão terminológica que conduz a uma prática ineficiente	36
IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
VI – ANEXO.....	51

I – INTRODUÇÃO

1. O legado do processo histórico para o meio social e a educação no Brasil

O processo histórico é fruto da dinâmica social e cultural construída a partir da riqueza de significados dos diferentes grupos sociais que, situados em posições diferenciadas de poder impõem suas peculiaridades à sociedade mais ampla, resultando num processo de construção social. Por conta disso, as culturas existentes na sociedade apresentam formas diferentes de estabelecer relações, formular leis e resolver problemas.

Para entendermos melhor como as desigualdades foram construídas e inseridas na sociedade é importante fazermos uma análise sobre cultura. Como afirma Otaiza (1999), a cultura se faz num tempo e num espaço determinado, não sendo independente das circunstâncias em que é gerada. As características distintas de realidade são perfeitamente entendidas à partir do momento que compreendemos como estas foram construídas. Portanto, as diferenças culturais são produzidas, pautadas em uma lógica interna.

A forma como essa construção histórica se deu reproduziu preconceitos e discriminações das mais diversas como a submissão da mulher com relação ao homem, a opressão contra o negro, o índio e as classes menos favorecidas. Portanto muitos são os marginalizados.

Esse processo de desumanização não é recente. O mesmo tem data remota e nos remete à era primitiva quando, em suas relações sociais, a sociedade apresentava características de dominação de um grupo em relação ao outro.

Antes de mais nada, faz-se necessário esclarecer o conceito de marginalização. Este não diz respeito apenas aos portadores de deficiência, mas sim, de todos aqueles que são discriminados de alguma forma, seja por diferenças sociais ou étnico-raciais.

Estas formas de opressão são reforçadas pelos diversos segmentos da sociedade, especialmente pela educação. Com relação à história da educação no Brasil, só podemos entender a evolução do sistema educacional, a expansão e os rumos que esta tomou a partir da realidade concreta criada pela nossa herança cultural que atua sobre os valores das pessoas. Essa é a marca do Brasil: presença imposta e preservada de modelos culturais importados.

Sem sombra de dúvidas essa atitude de importação de modelos culturais, econômicos e educacionais sempre foi considerada uma alternativa preponderante para o

desenvolvimento educacional e principalmente para o desenvolvimento econômico do país. Há muito tempo, ambos vêm andando de muletas e poucas têm sido suas conquistas. Mas o primeiro tem enfrentado caminhos mais espinhosos, o que tem dificultado a ascensão para o sucesso.

Alguns pontos cruciais para a ineficiência da educação no Brasil se justificam pela inviabilização e má qualidade de serviços do sistema educacional. Em uma ponta do iceberg está a falta de coerência interna no sentido de viabilizar consistência lógica e a criação de objetivos bem definidos para cada um dos níveis de ensino. Na outra ponta, deparamos agora com a falta de coerência externa que não prima, antes de tudo, por uma adequação do sistema global de ensino às exigências do contexto sócio-econômico-cultural, em que está imerso.

Neste rol de discussão devemos lembrar da promoção desigual da educação para o conjunto de regiões brasileiras, a oferta e o rendimento interno insuficiente do sistema escolar, e com atenção especial, a qualidade desta educação para os pobres, a qual sempre se resumiu apenas ao ensino primário, impossibilitando-os de aspirar por um ensino superior. Neste contexto, nos deparamos com o modelo de educação bancária denunciada por Paulo Freire.

“ A educação como prática da dominação, que vem sendo objeto desta crítica, mantendo a ingenuidade dos educandos, o que pretende, em seu marco ideológico(nem sempre percebido por muitos dos que a realizam), é indoutriná-los no sentido de sua acomodação ao mundo da opressão.” (1987 p.66)

Neste contexto, podemos citar o pequeno município de Várzea da Roça, situado no estado da Bahia, que também apresenta uma educação deficiente. Nota-se que o ensino oferecido nas escolas deste município tem deixado a desejar por não satisfazer às necessidades educativas das crianças, garantidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, uma vez que a maioria dos alunos matriculados não apresentam habilidades e competências exigidas pelas séries em curso.

Um outro aspecto marcante diz respeito a uma elevada taxa de reprovação e evasão escolar presente nas escolas, como foi verificado no Projeto de Desenvolvimento Escolar (PDE), realizado nas escolas, constatados nas tabelas abaixo.

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ CARNEIRO DE OLIVEIRA

*Aproveitamento dos alunos (2006)

Série	Matrícula inicial	Taxa de aprovação	Taxa de reprovação	Taxa de abandono
1ª	142	34%	32%	34%
2ª	58	55,5%	36%	8%
3ª	41	69%	13%	18%
4ª	49	72%	18%	10%
5ª	112	27,5%	35%	37,5%
6ª	39	43%	40%	17%
7ª	37	47%	23,5%	29,5%
8ª	29	68%	16%	16%

ESCOLA MUNICIPAL ODILON SENA CERQUEIRA

*Aproveitamento dos alunos (2006)

Série	Matrícula inicial	Taxa de aprovação	Taxa de reprovação	Taxa de abandono
1ª	196	48,4%	31,5%	20,5%
2ª	160	47,2%	29,4%	23,3%
3ª	129	39,7%	22%	38,2%
4ª	128	33,7%	27,6%	39,2%

*Os dados das demais escolas mencionadas não estavam disponíveis.

Além disso, a distorção idade-série é um outro entrave preocupante que causa transtorno aos alunos por não se adequarem à turma e/ou a turma à eles. É importante lembrar que dentro desse contexto o professor enfrenta dificuldades para desenvolver um bom trabalho.

Observa-se que a luta pela educação de qualidade para todos tem sido diluída na discussão da inclusão escolar como algo inusitado (movimento, teoria, filosofia ou política) que requer informação e explicação a cada cidadão, profissional da educação ou não, acadêmico ou não. E, mais que isto, tal esclarecimento tem sido proposto como tarefa de

alguns poucos “experts” que finalmente descobriram a importância da inclusão de todos e até mesmo uma nova denominação para a educação que tem sido chamada inclusiva.

Para evidenciar quais as providências que devem ser efetuadas a fim de resolver esta situação é que se recorre ao histórico da educação inclusiva.

Dentro do contexto educacional, antes do século XX não existia a idéia de inclusão. A maioria das pessoas (principalmente mulheres, deficientes físicos e mentais de outras raças que não a branca e pobre) não tinha acesso à educação.

Na década de 70 começou o processo de integração, através do qual as escolas comuns aceitavam alguns alunos portadores de deficiência para freqüentarem as suas classes de ensino.

Nos anos 90, finalmente vivenciamos os primeiros passos para a inclusão. Esta se dá a partir de movimentos concretizados na Europa, tendo como pioneira a Inglaterra, realizados por pessoas com deficiência e seus familiares na luta pelos seus direitos.

A discussão pelo direito de todas as pessoas à educação vem se renovando a cada dia. Nos últimos anos, a busca incessante por uma política sócio-educacional de qualidade se intensificou e atraiu governos e órgãos privados para um palco de debates necessários e importantes para a organização de novas idéias sobre as Necessidades Educacionais Especiais e a implementação de Diretrizes de Ação no Plano Nacional.

Encontros importantes como a Declaração Universal de Direitos Humanos, a Declaração de Salamanca, a Convenção de Guatemala e a Declaração de Viena, são marcos significativos na promoção de mudanças favoráveis à aplicação da educação inclusiva.

A Declaração de Salamanca se afirma como prova do compromisso e ativa participação de representantes de alto nível que reuniu 92 líderes de estados federativos e 25 organizações internacionais na cidade de Salamanca, na Espanha, no período de 07 a 10 de junho numa Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas. Essa Conferência Mundial teve por objetivo definir a política e inspirar a ação dos governos, de organizações internacionais e nacionais de ajuda, não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas em educação especial.

Os representantes, reconhecendo a necessidade e a urgência de ser o ensino ministrado a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, definiram e apoiaram a Linha de Ação para esta educação. Através de um documento

declararam os direitos e diferenças das crianças especiais, assim como a adequação do sistema de ensino para que estas crianças tenham acesso às escolas comuns.

O princípio desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outros. Foi declarado, ainda, que todas as ações devem acompanhar os seguintes princípios norteadores: o reconhecimento das diferenças, o atendimento às necessidades de cada um, a promoção da aprendizagem, o reconhecimento da importância do acesso de todos à escola e a formação dos professores, no sentido de concretizar tais demandas.

Além disso, o documento traz solicitações a todos os governos para que ofereçam prioridade política e orçamentária a fim de que estas crianças recebam tratamento de qualidade. Este ainda direcionou apelos a instituições governamentais como a UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial para que defendam e apoiem os programas voltados a alunos e alunas com necessidades educacionais especiais.

Assim, com base no seu próprio texto: a Conferência de Salamanca, UNESCO (1994).

“Proporcionou uma oportunidade única de colocar a Educação Especial dentro de uma estrutura de ‘Educação para todos’ firmada em 1990. Ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais.” (p.15)

Além disso, a Declaração de Salamanca UNESCO(1994) afirma que:

“As necessidades educacionais especiais incorporam os princípios já aprovados de uma pedagogia equilibrada que beneficia todas as crianças. Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que o ensino deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo...” (p.19)

Este pensamento consiste em reconhecer a igualdade como ponto fundamental na educação inclusiva, uma vez que esta contribui para a extirpação de rótulos, tendo por objetivo uma mudança das atitudes curriculares nacionais e internacionais, para uma reflexão coerente entre teoria e prática.

Na mesma perspectiva a Convenção de Guatemala, ocorrida em 28 de maio de 1999, teve por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiências e propiciar a sua plena integração à sociedade.

Mediante a resolução AG/RES. 1.369 (XXVI-0/96) o comitê encarregou um grupo de trabalho para desenvolver o projeto no qual considera que: a deficiência pode dar origem a situações de discriminação; a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem proclama que este nasce livre e deve ter seus direitos e liberdade respeitados; protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais reconhece que toda pessoa afetada por diminuição de suas capacidades físicas ou mentais tem direito a receber atenção especial. Assim, na intenção de melhorar substancialmente a situação no continente americano, os Estados Partes se comprometeram a cooperar, colaborando de forma efetiva, de acordo com as suas respectivas legislações nacionais, para o investimento em pesquisa científica e tecnológica a fim de romper as barreiras arquitetônicas, além de promover a sensibilização da população.

O processo de exclusão social de pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto a socialização do homem. Hoje, milhares de pessoas com algum tipo de deficiência estão sendo discriminadas nas comunidades em que vivem ou sendo excluídas do mercado de trabalho. Mesmo com os intensos movimentos nacionais e internacionais na busca por um consenso para formatar uma política de inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na escola regular, a discriminação persiste, apenas diferindo em alguns aspectos de país para país.

No Brasil não é diferente. As diretrizes da educação nacional abordam apenas a integração das pessoas com necessidades especiais no meio social. Estas diretrizes relatam duas questões centrais: o direito à educação comum a todas as pessoas e o direito de receber essa educação sempre que possível nas escolas regulares.

A Constituição Brasileira, por sua vez, condena todas as formas de preconceitos, sejam eles de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação, além de garantir a igualdade e a educação para todos, o que não se concretiza na realidade. Aprovada pelo Congresso Nacional em 13/06/2001 a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiências foi promulgada no Brasil por meio do Decreto 3.956 da Presidência da República (08/11/2001).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece em seu artigo 59, incisos I e III, que os sistemas de ensino assegurem aos educandos com necessidades especiais adequação dos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, assim como a preparação dos professores do ensino regular para a integração desses educandos nas classes comuns. Em seu parágrafo único

constante do artigo 60, afirma que o Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições.

Conforme já mencionado, no contexto educacional, muitas foram as teorias internacionais trazidas para o Brasil a fim de renovar o currículo educacional, no intuito de amenizar os problemas de aprendizagem apresentadas pelos alunos.

Atualmente, os resultados obtidos pela educação brasileira tem sido desastrosos. Claro que este resultado caótico não se reflete nas porcentagens enviadas de maneira camuflada, ao FMI (Fundo Monetário Internacional), mas se evidencia em cada escola, em cada sala de aula, diariamente, a realidade crucial da educação falida dos últimos tempos, haja vista, os resultados da Prova Brasil aplicada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) nos últimos anos, no sentido de avaliar a capacidade cognitiva dos alunos.

Nota-se que mesmo após a implantação de modelos pedagógicos considerados mágicos por alguns defensores, não se percebe a transformação educacional esperada, ou seja, uma educação de qualidade. Esta constante invasão de teorias, ao invés de contribuir, vem confundindo os educadores, levando muitos a se questionarem sobre qual corrente educacional devem seguir. Além disso, muitos professores não conseguem discernir ou colocar em prática (quando não o fazem de maneira equivocada) o que as teorias sugerem ou oferecem.

Torna-se claro que não existe, ademais, uma política efetiva de inclusão que viabilize planos integrados com metas e ações convergindo para a obtenção de um mesmo objetivo: resguardar o direito dos portadores de portador de necessidades especiais. As leis brasileiras apenas sinalizam nesta direção, tendendo a tornarem-se “letras mortas”, já que não se verifica sua implementação no cotidiano.

A referida temática, apesar de atual e discutida, ainda deixa dúvidas e provoca contradições quando se faz referência à integração e inclusão escolar. Estas dúvidas não dizem respeito apenas ao conhecimento do conceito, mas, sobretudo à finalidade destas para a sociedade, e em especial, no contexto da educação escolar.

Ultimamente, presenciamos, na fala dos professores e autoridades educacionais de Várzea da Roça durante reuniões e Jornadas Pedagógicas, a existência de um pensamento confuso sobre incluir e integrar. Diante disso, tornou-se necessário um estudo que evidenciasse que concepções os professores da rede municipal de Várzea da Roça têm da educação inclusiva, além de se fazer uma tentativa de elucidar as dúvidas que por ventura

permeiem a referente temática, a fim de evitar interpretações errôneas ou confusas que interfiram na ação pedagógica consciente e de qualidade do educador.

Partindo dessa inquietação, foram traçados como eixo condutor os seguintes objetivos:

- Mapear e relatar as concepções docentes sobre educação inclusiva;
- Relacionar as concepções de educação inclusiva dos docentes com as práticas pedagógicas vigentes;
- Identificar e relatar quais ações estão sendo desenvolvidas nas escolas municipais de Várzea da Roça para a promoção da Educação Inclusiva.

Para tanto, a presente pesquisa é de grande relevância para que se possa refletir e buscar um entendimento amplo da contribuição oferecida pela prática inclusiva em prol de uma mudança significativa no âmbito educacional.

Quando se fala em inclusão a escola se sente ameaçada, invadida, porque novos saberes, novos alunos, outras formas de resolver problemas e de avaliar a aprendizagem se fazem necessários a fim de que haja um acompanhamento sistemático em busca da promoção de educação de qualidade para todos os educandos.

Segundo Mantoan, (2007), se a idéia de inclusão tivesse clara e aceita na cabeça de todos os profissionais não haveria a necessidade de cursos que orientassem como lidar com os especiais, separando-os em grupos.

Os estudos atuais sobre o processo de inclusão visam a buscar maneiras favoráveis para que pessoas excluídas do meio social por questões de deficiências, raça, classes e outros possam alcançar o sucesso educacional, já que é enorme o impacto da inclusão escolar na maior parte das escolas brasileiras.

2 – METODOLOGIA

Ultimamente, percebe-se a inquietação de todos os envolvidos na educação de Várzea da Roça. Nunca, o histórico educacional do município foram registrados índices tão alarmantes de desistência e analfabetismo, embora seja amplamente reconhecido o esforço envidado para facilitar o acesso de um maior número de alunos às escolas, atualmente.

É claro que, nas circunstâncias de precariedade em que se encontravam as escolas em Várzea da Roça, havia uma defasagem escolar que não se exprimia em termos quantitativos, estruturais, nem sequer em termos qualitativos. O que se pretende dizer é que, considerando que 32,1% dos professores do município já são licenciados em Pedagogia de 1ª

a 4ª série e uma outra parcela de 41,9% destes estão em fase de conclusão do referido curso, tornam-se injustos e inaceitáveis os resultados comprometedores da educação em Várzea da Roça, como a realidade insustentável dos chamados alfabetizados funcionais, representados por uma quantidade desastrosa de alunos que concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental e, por que não serem mencionados os concluintes do 3º ano do Ensino Médio, que não dominam as quatro operações nem apresentam competência nenhuma para redigir pequenos textos, ler com fluência ou sequer dominar as regras ortográficas. Tudo isso, é fruto de teorias mal entendidas, colocadas em prática à luz de precipitações imaturas e confusas na tentativa de consertar um quadro que já não estava tão bom.

Diante dessas circunstâncias e para atingir o nosso objetivo de evitar o que outrora aconteceu de modo inesperado, idealizou-se um trabalho pautado em contextos educacionais distintos. Assim, pensando-se na riqueza dos resultados adotou-se o método de cunho qualitativo-descritivo-analítico com ênfase na pesquisa de campo, realizado em quatro escolas, sendo duas da zona rural, a Escola Municipal José Carneiro de Oliveira, situada no povoado de Várzea do Meio e o Centro Educacional Manoel Martiniano de Almeida, situado no povoado de Campo de São João, sendo que ambas oferecem ensino da Educação Infantil à 8ª Série.

As demais são escolas da sede do município, o Centro Educacional Padre João Farias, que oferece ensino de 1ª a 8ª série e a escola Odilon Sena Cerqueira que atende alunos de 1ª a 4ª série.

Participaram desta pesquisa 25 professores de 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, sendo a maioria destes, profissionais licenciados em Pedagogia, os quais responderam seis questões de caráter semi-aberto, resultando em dados concretos, que foram analisados e comparados com referências e variados autores e linhas de pensamento sobre o tema além de serem comparados, através de observações, com a realidade educacional varzeana que aí está.

II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No que se refere a discussão sobre igualdade, diferença, desigualdade e diversidade, observa-se que é cada vez mais difícil omitir a política e a organização que as diferenças vem promovendo ultimamente, tanto nos países avançados quanto nos países subdesenvolvidos.

“Igualdade x diferença” e “igualdade x desigualdade” são temas pertinentes e polêmicos na atualidade. Trata-se de conceitos que expressam relações binárias nas quais dois elementos defrontam-se como pólos antagônicos que se opõem dialeticamente. De um lado, a igualdade; de outro, a desigualdade. Com frequência, estes termos vêm associados à existência histórica de desigualdades sociais, econômicas e políticas. A igualdade foi pensada como oposto de desigualdade.

Durante longo tempo, quando se questionava se todos eram iguais ou diferentes, ou ainda se as pessoas desejavam ser iguais ou diferentes, a resposta era simples: todos manifestavam vontade de serem tratados como iguais perante Deus, perante a lei, perante os homens.

No contexto da Antiguidade clássica, a desigualdade não era vista como um problema a exigir grandes explicações e nem causava questionamentos. Compreende-se que a noção de igualdade mais forte e persistente da cultura ocidental surgiu através do Cristianismo e só depois foi contemplada em textos jurídicos e políticos.

O pensamento cristão de igualdade está indissociavelmente ligado à idéia de diferença, através do conceito de pessoa. Há, na ética cristã, uma espécie de ímpeto igualitarista que opõe continuamente a norma da igualdade ao fato da desigualdade. Ao longo dos tempos, essa idéia cristã de igualdade foi aperfeiçoada e codificada como igualdade perante a lei: todos são iguais sem distinção.

No que se refere ao contexto político a igualdade e a liberdade dos cidadãos são proclamadas como absolutas. Já no âmbito econômico é considerada relativa, pois a propriedade privada não pode ser igualada. No campo individual, as diferenças se manifestam e devem ser preservadas na vida social, garantindo, assim, a liberdade individual.

A acelerada velocidade e aumento do fluxo mundial de pessoas, tem resultado em pluralização e heterogeneização de culturas, subculturas, multiculturas e padronização cultural. Assim, “novas diferenças” acabam por se impor, tanto no âmbito coletivo quanto no aspecto individual, e são possíveis a todo instante e em qualquer lugar.

A diferença não é uma característica natural. Ela é o resultado das relações de poder, sendo discursiva, institucional e economicamente construída. São essas relações que fazem com que a “diferença” se sobressaia e seja avaliada negativamente em relação ao “não-diferente”. Desconsiderar as diferenças é sacrificá-las no altar da igualdade, é negar o que já não pode mais ser negligenciado - a própria natureza. Na esperança de conquistar uma sociedade igualitária, a classe marginalizada enfrenta uma série de dificuldades na busca de seus direitos.

As diferenças existem e é preciso existir no sentido relacional dos grupos humanos e suas especificidades e não apenas a questão individual (o eu de cada ser). Neste sentido, cada indivíduo desenvolve-se em culturas distintas, portanto, são diferentes por direito. É o direito de ser, sendo diferente. De acordo com Ferreira e Guimarães (2003) as diferenças entre os homens fazem-se mostrando e demonstrando que existem grupos humanos dotados de especificidades naturalmente irredutíveis.

É necessário compreender que uma sociedade justa e favorável para todos não se apóia somente no fato de os seres humanos serem ou não iguais, pois quando pensamos em igualdade natural ela não se resume a um significado único, haja vista que cada indivíduo tem sua própria identidade, sendo evidente a existência de desigualdades. Assim, para alcançar essa igualdade, seria necessário eliminar as desigualdades sociais. Ao se tratar alguém de maneira diferenciada há possibilidades de enfatizar suas diferenças, assim como tratar com igualdade os diferentes, pode esconder ou excluir sua especificidade.

Neste contexto, a inclusão é uma denúncia, assim como outros movimentos conduzidos por grupos que ao longo do processo histórico da educação e da cidadania buscam o reconhecimento do indivíduo. Não se define um sujeito por sua espécie e sim por suas peculiaridades nos aspectos culturais, de gênero e modo de interagir com outros indivíduos. Contudo, numa sociedade que anseia pela homogeneização dos indivíduos torna-se difícil lidar com as diferenças, usando a desigualdade social como um argumento em favor da exclusão no contexto educacional. Neste sentido é a seguinte consideração:

“A partir dessa nova visão paradigmática sobre ‘igualdade e diferenças’, é importante refletir sobre as concepções de educação, de escola e de sujeito. Debater sobre as diferenças, que se complementam em vez de se excluírem mutuamente, é pensar a existência de ‘um outro’...” (FERREIRA e GUIMARÃES, 2006, p. 41)

As atuais políticas públicas confirmam o projeto igualitarista da Modernidade, as quais buscam excluir as diferenças a partir de um plano racional no propósito de ordenar o mundo. Estas forças acabam idealizando que todos são iguais dentro de pressupostos disciplinares, sustentando assim a organização pedagógica escolar que acaba negando o que a diferença propõe. Neste caso o conflito, o dissenso, a multiplicidade incontrolável e infinita, as quais não se enquadram na cultura da igualdade das escolas, visto que introduzir as diferenças torna-se um elemento complicador, pela dificuldade de ser recusada, negada, desvalorizada. Caso isso ocorra terá que assimilá-la ao igualitarismo essencialista, mas se aceita e valorizada, romperá com os pilares nos quais a escola tem se firmado até agora.

Este ciclo de discriminação/exclusão encontrou solo fértil no campo educacional. A igualdade de oportunidades no âmbito escolar vem sendo perversa, pois mesmo que os portadores de necessidades educativas especiais tenham oportunidade de estarem numa escola comum, esta não garante em nenhum momento a permanência e o seguimento do indivíduo no processo educacional de qualidade em todos os níveis da educação.

Muitas vezes não se percebe que estes fatores se organizam através de classe ou gênero. É importante salientar que quando se faz referência à Educação Inclusiva, o que favorece a exclusão é exatamente a negação de um ou outro.

É importante saber que gênero também é definido por um grupo natural que se reconhece com facilidade. Então, agora o que deve ser levado em consideração é a lógica do gênero e não mais da classe, na qual possa existir a integração de uma coisa em relação à outra.

Por sua vez, a lógica da classe tem seus lados positivo e negativo. Primeiro, se pensarmos com cuidado, a idéia de classificar é necessária, pois é importante que se tenha consciência de em que estágio cognitivo cada indivíduo se encontra. Assim, saber-se-á qual metodologia será necessário aplicar. É como se comparasse um fruto verde e outro maduro. Eles estão numa mesma árvore juntos, mas cada um corresponde a um processo, sem haver necessidade de separações do ambiente.

Por outro lado, ao se refletir sobre o ponto negativo da questão pode-se tomar como exemplo as questões das limitações de cada indivíduo. É por conta deste que há o preconceito de excluir alguém por se achar que não alcança o patamar mínimo previamente estabelecido. Tudo isso ocorre devido a uma deficiência da nossa educação que para classificar exclui os que não alcançam tal patamar, formando assim uma outra classe.

Diferente da exclusão o discurso da inclusão define-se pela lógica da relação e compreensão, ou seja, é um processo de interação entre indivíduos. Um exemplo bastante claro permite a compreensão da lógica da inclusão. Um indivíduo que tem o vício da bebida é considerado assim um alcoólatra. No entanto sua mulher não se enquadra nessa mesma condição, ou seja, não pertence à mesma classe, está excluída. No âmbito familiar, porém, a mulher e os demais membros estão relacionados com esse sujeito e o seu problema acaba afetando a todos como consequência.

Este exemplo permite analisar a relação professor-aluno quando muitas vezes a criança apresenta dificuldades de aprendizagem e convivência em sala de aula decorrentes de um processo pedagógico ineficiente do professor, neste caso isso faz parte da lógica da classe, a dificuldade é do aluno e não necessariamente do professor. Mas, as falarmos da lógica da relação o problema é de todos, o que conduz o professor a refletir sobre a insuficiência de seus recursos e também se inteirar de temas que possam lhe orientar sobre um novo olhar, um novo método de trabalho, mudando assim todo o contexto que não estava dando certo.

A proposta da inclusão tem como objetivo romper barreiras, abandonando preconceitos arraigados na sociedade há muito tempo, lançando um olhar mais humanizador e deixando de lado o medo e reconhecendo o que cada um é ou pode ser com suas limitações.

Nota-se que é necessário uma transformação de atitude de dependência para autonomia. A primeira nos aflige por não estarmos preparados para aceitar essas mudanças de posição ou prestígio, entendendo assim as dificuldades existentes no momento de inverter a situação do oprimido e da elite e vice-versa. Quando essas mudanças ocorrem em todos os aspectos, os indivíduos tomam uma outra posição, assumindo responsabilidades através da autonomia conquistada. Uma criança portadora de necessidades educativas especiais é um exemplo disso. Se a escola onde ela frequenta lhe proporciona meios para que desenvolva habilidades, pouco a pouco terá responsabilidades.

Outra preocupação que a escola deve ter é a de trabalhar a coletividade, para que prevaleça a solidariedade, pois, apesar de a escola afirmar que os alunos são diferentes, negam isso quando matricula os mesmos numa determinada série e espera um desenvolvimento padronizado, pretendendo que ao final do período letivo, os alunos apresentem o mesmo nível de conhecimento, sem que ofereça condições favoráveis para que isto aconteça.

Como já foi dito, a escola tem ajudado a perpetuar a rotulação das classes sociais. Nesta perspectiva, o currículo tem sido instrumento importante para este

acontecimento. O mesmo regula o funcionamento do ensino, apresentando uma estrutura normativa que contempla modelos de metodologia, avaliação, e, principalmente, norteia os conteúdos a serem seguidos na área educacional.

Todas as orientações explícitas no currículo têm sido aceitas e seguidas por sistema educacional brasileiro sem muitos questionamentos. Porém, pior do que está apresentado na forma explícita do currículo são as intenções do chamado currículo oculto. São as informações que estão nas entrelinhas. Elas vão muito além do que é dito para ser praticado. A sua finalidade é a de domesticar e classificar os grupos sociais a fim de seguirem os interesses das classes dominantes. Com muita propriedade, SILVA (2002) nos esclarece que o currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens locais relevante.

Assim, muito mais do que os conteúdos proporcionam, são as relações sociais, impostas pelo currículo oculto, responsáveis pela disseminação das normas e atitudes a serem seguidas pelos jovens e crianças, sendo estas necessárias para uma boa adaptação na sociedade capitalista.

“... Entre outras coisas, o currículo oculto ensina, em geral, o conformismo, a obediência, o individualismo. Em particular, as crianças das classes operárias aprendem as atitudes próprias ao seu papel de subordinação, enquanto as crianças das classes proprietárias aprendem os traços sociais apropriadas ao seu papel de dominação...” (SILVA, 2002, p.79)

Além disso, o currículo oculto promove a estigmatização através do gênero, da sexualidade, ou da raça. Ensina como ser homem ou mulher, heterossexual ou homossexual, bem como categoriza os mais “capazes” e os menos “capazes”.

Dentro desta organização social, os Portadores de Necessidades Especiais, também sofreram discriminações diversas em função de suas limitações. Assim, a história da Educação Especial foi marcada por explícitos mecanismos de rejeição concretizados por diversas formas de exclusão e tratamentos que se traduziam apenas como manifestações de amor e solidariedade ao próximo, movidos pela piedade, o que não deixa de ser a expressão disfarçada de atitudes excludentes.

No campo escolar, a propagação da exclusão sempre foi muito forte e se manifesta de várias formas. Ora por não oferecer a quantidade de vagas que a demanda exigia, ora por classificar a capacidade dos alunos a partir da sua classe social, além de excluir por não conseguir oferecer uma educação de qualidade. É dentro deste contexto que a defesa de

uma escola para todos ganha força. Inicialmente, as reivindicações para uma educação especial foram manifestadas na Europa por iniciativa dos pais e familiares dos portadores de deficiências patológicas que exigiam a inclusão destes na escola regular.

A integração, que também prima por uma sociedade humanística, foi disseminada como ponto de partida para a inclusão das pessoas discriminadas tanto na sociedade quanto na escola. Entendemos a integração escolar como o processo de educar/ensinar crianças ditas normais juntas com as portadoras de deficiência, durante uma parte ou todo o seu tempo de permanência na escola. Porém, a proposta de integração não garante esta inclusão, apenas traz subsídios superficiais de como promover a igualdade nas relações sociais e educacionais.

Assim como o conceito de integração recebe várias interpretações, a conceituação do termo “deficiência” também tem apresentado vários sentidos. O conceito utilizado para “deficiência” e sua definição passam por dimensões descritivas e por dimensões valorativas, tendo sempre um caráter histórico concreto, de acordo com um determinado momento, num contexto sócioeconômico e cultural específico.

Inicialmente o mesmo era utilizado para nos referirmos às pessoas que apresentam uma deficiência física, motora e sensorial. Após muitas discussões e questionamentos acerca das desigualdades e exclusões, a terminologia mudou, apesar do termo “deficiência”, ainda ser usado em alguns documentos internacionais para se referir ao deficiente, como consta no artigo 1º da Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.

Para os efeitos desta Convenção, entende-se que:

“... o termo “deficiência” significa uma restrição física, mental ou sensorial de natureza permanente ou transitória que limita a capacidade de exercer mais ou menos atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social...”. (2007, p.4)

Por sua vez, a nomenclatura Portador de Necessidades Especiais utilizada atualmente para o alunado da educação especial tem representado um desafio até mesmo para os deficientes que de forma polêmica tentam encontrar a melhor expressão, na tentativa de adiar a análise de sua verdadeira problemática. Na verdade, a mudança da nomenclatura “deficiência” para “Portador de Necessidade Especial” não tem oferecido avanço significativo no tratamento dado aos deficientes patológicos. Como bem afirma Mazzota, (2007), a mesma

não é adequada. Na verdade as pessoas sentem e manifestam necessidade que, ao serem satisfeitas, deixam de ser portadores, enquanto forma de manifestação.

A necessidade não é definitiva, é algo temporário, que, se suprida, desaparece. Outro fator importante e que deve ser considerado são as histórias de vida, que diferenciam cada indivíduo.

2.1 Conceito como unidade de conhecimento

Há, pelo menos, três definições de conceito: conceito é uma unidade de pensamento; conceito é uma unidade de comunicação; conceito é uma unidade de conhecimento. Conceito se define por pensamento, ou seja, a busca do entendimento por tudo aquilo que existe e é através deste que torna-se possível o conhecimento por parte do intelecto, bem como a operacionalização da ciência em tela.

Consideraremos a primeira definição como imprópria, porque não se pode organizar conceitos que dependam do que cada um esteja pensando, ou seja, esta definição não permite trabalhar com objetividade.

A segunda definição deve ser considerada pertinente caso se apresente como uma ferramenta de comunicação direta, mas de registro das idéias e conceitos pertencentes a uma área de conhecimento.

A terceira definição é a mais pertinente se considerarmos os textos como registros do conhecimento e o vocabulário como uma possibilidade de representá-los.

No âmbito de determinada área do saber, portanto, não pode existir dúvida quanto ao conceito que o termo comunica, ou seja, existe uma monorreferencialidade relativa; o termo evoca o que tem que ser evocado.

A análise dos termos e, por conseguinte, dos conceitos constitui a base para se estabelecer as relações entre as informações. Os conceitos de uma área de conhecimento se inter-relacionam formando um sistema. Não existe conceito isolado: ele está sempre relacionado com, pelo menos, um outro conceito.

Podemos tomar como exemplo, o termo “Direito” que é um tipo de saber e envolve diversos conceitos, tais como legítima defesa, crime, bom pai de família, entre outros.

É importante ressaltar que por trás de cada conceito existe uma ou várias idéias, ou seja, um e outro caminham juntos, mas cada um tem seu próprio significado, mesmo sendo semelhante, pois ambos são divergentes na sua serventia e no modo ao qual se dão a conhecer.

Idéia é tudo aquilo que move o indivíduo em direção ao confronto de suas duas naturezas, sendo estas veículos de crescimento pessoal e espiritual, devido ao seu poder de auto questionamento, então pode-se dizer que idéias são objetos de total aprendizagem.

O termo conceito define-se pelo processo de julgamento, o qual é apreendido, podendo ser guardado na memória e utilizado quando for necessário.

Os conceitos permitem ao homem realizar a luta com os desafios específicos da natureza externa e da realidade social.

Talvez a forma mais generalizada de se aprender conceitos seja através da leitura. A leitura tem importância fundamental na vida das pessoas. A necessidade da leitura está posta entre todos, haja vista que propicia a obtenção de informações em relação a qualquer contexto e área do conhecimento.

Investigações atestam que o sucesso nas carreiras e atividades na atualidade, relacionam-se, estreitamente, com a hábito da leitura proveitosa, pois além de aprofundar estudos, possibilita a aquisição dos conhecimentos produzidos e sistematizados historicamente pela humanidade.

O ato de ler é um exercício de indagação, de reflexão crítica, de entendimento, de captação de símbolos e sinais, de mensagens, de conteúdo, de informações. É um exercício de intercâmbio, uma vez que possibilita relações intelectuais e potencializa outras. Permite a formação particular de conceitos, explicações e entendimentos sobre realidades, elementos e/ou fenômenos com os quais as pessoas se defrontam.

No Brasil o hábito da leitura ainda não está consolidado. As pessoas não têm a cultura de buscar o conhecimento, o que interfere no domínio consciente de uma determinada área de estudo. Este é um dos aspectos que emperram o entendimento acerca da filosofia inclusiva.

O discurso acerca da inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na escola, no trabalho e nos espaços sociais em geral, tem se propagado rapidamente entre educadores, familiares, líderes e dirigentes políticos nos diversos segmentos da sociedade. Nas últimas décadas, em especial a partir de 1970, várias iniciativas foram tomadas em prol da inclusão social e educacional, sendo estas um conjunto de ações ao lado de leis e projetos envolvendo vários estados federativos.

Como se sabe, tudo que é novo assusta. E frente à novidade da inclusão as escolas tradicionais vêm enfrentando sérias dificuldades. É oportuno esclarecer que a inclusão não diz respeito apenas aos portadores de deficiência física, mental, motora, auditiva ou visual, mas de todos aqueles que de alguma forma são discriminados e marginalizados na

sociedade. Como afirma Rosita Edler, (2006), os movimentos em prol de uma “educação para todos” são movimentos: [a] de inclusão de todos em escolas de qualidade independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras.

Inclusão é inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos diferentes segmentos educacionais e sociais. Como afirma Rosita Edler, (2006):

“... discutir a inclusão/integração do alunado da educação especial como se estivéssemos falando de um único e homogêneo grupo é um enorme equívoco que precisa ser evitado, particularmente em equipes de educadores. Essa observação aplica-se, igualmente, a todos os alunos, pois precisam ser considerados em suas histórias de vida e que em muito os diferencia entre si”.(p.115)

A inclusão surge como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, exigindo novas posturas, modernização e aperfeiçoamento das práticas educativas. E preciso atualizar e reestruturar as escolas.

Na atualidade, incluir ainda é um desafio muito grande, pois o que existe é uma inclusão parcial, sendo notável a limitação. É preciso redefinir e colocar em ação as novas alternativas e práticas pedagógicas que favoreçam a todos os alunos e que sejam compatíveis com esse grande desafio.

Todos os envolvidos devem estar dispostos a colaborar para que o atendimento seja o melhor possível, fazendo com que os alunos se sintam importantes neste processo e que as soluções encontradas sejam expostas de forma que todos tenham conhecimento do sucesso da inclusão.

A escola precisa conhecer e entender o seu meio, os alunos e suas necessidades para que a partir desses conhecimentos elabore e execute propostas que possam alcançar o desenvolvimento dos mesmos.

Na perspectiva da educação para todos, a escola deve propiciar iguais oportunidades para todos que ali chegam, sem rotular, pois o aluno é quem vai determinar a sua capacidade e o seu ritmo. A avaliação deve ser feita de forma que evidencie o avanço alcançado pelo aluno e não a sua nota, evitando, pois, a comparação com os demais alunos. Muito mais do que propõe a integração.

“A outra opção de inserção é a inclusão, que questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o conceito de integração-mainstreaming. A noção de inclusão não é incompatível com a de integração, porém institui inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática...”.(Mantoan, 2007, p.2)

Inclusão não é o que se faz pressionado por uma portaria ou decreto, mas o desenvolvimento de atitudes inclusivas que transformem o nosso eu, aceitando e respeitando o diferente.

A escola que se propõe a alcançar a qualidade de “especial” deve trabalhar para que haja transversalidade das áreas curriculares e autonomia intelectual do aluno, não para medir e comparar as habilidades destes, esperando deles uma igualdade que nunca vai existir, mas para valorizar o potencial de cada um que, misturados a outros, podem ampliar e enriquecer o conhecimento de todos os envolvidos dentro e fora da escola.

O objetivo maior da inclusão não se resume apenas em receber alunos portadores de necessidades educativas especiais num movimento de “estar na escola”, mas de serem parte integrante e ativa desta. Como nos esclarece Mantoan, (2007), quando se trata da inclusão escolar esta não se destina apenas aos educandos, mas a toda comunidade escolar.

“... A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral...” (Mantoan, p. 2)

Muitos argumentos são usados pelos que são contrários ao movimento da inclusão, havendo também acusações em que dizem que o modo como a inclusão vem sendo promovida é irresponsável. No entanto, essa resistência acontece porque um processo educacional foi até então conduzido por métodos excludentes, porque têm dívida a saldar em relação aos alunos. Se antes não havia conhecimento das leis que garantiam a inserção dos alunos, sem distinção, na escola, hoje em virtude de uma ação corajosa movida pela proposta inclusiva está sendo cumprido o dever de alertar as instituições educacionais, pais e comunidade, sobre a necessidade de promover a inclusão.

O mais importante nisso tudo, como afirma Mantoan, (2007), é que é preciso fazer valer o direito de todos à Educação, além de ter coragem para defender a inclusão, no sentido de incentivar os indivíduos com ou sem deficiência que não freqüentem meios educacionais que segregam e discriminam como é o caso das escolas especiais. Nestas, o indivíduo não encontra o mais importante que é um ambiente apropriado para o exercício da cidadania.

No sentido de promover a educação para todos, ou seja, a educação inclusiva, muitas ações deverão ser implementadas. A mais urgente deve ser a revisão do currículo. Este deve ser estudado a partir de um ponto de vista crítico e construtivo de forma

que se caminhe em direção à educação de qualidade e a democratização do ensino. Antes de qualquer coisa, a escola deve deixar de se sustentar em projetos de outras escolas que apresentam contextos e alunos distantes de sua realidade.

Apesar de tantas nomenclaturas e discursos interessantes, ainda temos uma série de dificuldades no que se refere a uma grande maioria de pessoas. A educação está sendo separada e distribuída em dois grupos: o grupo da educação regular e o grupo da educação especial. Convivemos com essa dualidade. É como se caminhássemos em duas direções, sendo uma para os alunos ditos “normais” e outra para os portadores de necessidades especiais.

Os órgãos gestores da educação pouco tem se preocupado em promover parcerias institucionais entre os professores de educação especial e os demais professores do ensino regular. É necessário ressaltar que, a exclusão ocorre nem só com o alunado, mas também com os profissionais da escola regular e com os que atuam na área da educação especial, que por sua vez não são envolvidos na elaboração e discursos das ações pedagógicas direcionadas ao ensino regular. Sendo assim, é necessário uma reflexão sobre a formação continuada de nossos professores, atentando para a priorização de um olhar igualitário sobre todos e que considere aqueles que trabalham com os portadores de necessidades especiais.

Faz-se necessário que os professores tenham um pensamento amplo e crítico, existindo uma maior preocupação com as injustiças e desigualdades sociais que precisam ser modificadas e repensadas. Os profissionais de educação precisam ser modificados e repensados. Os profissionais de educação precisam ter conhecimento e instrumentos que promovam a educação formativa.

Na verdade, especial deve ser as ofertas educativas que as escolas devem disponibilizar para todos em prol da cidadania. Os alunos devem ser vistos como especiais em suas individualidades. Todo professor deve ser especialista ao perceber o aluno como um ser que é capaz de construir conhecimentos, que leva para a escola suas informações e experiências de vida. Para tanto, o professor precisa ser criativo ao transmitir saberes, estimulando a capacidade crítica do aluno, pois o mesmo precisa agir como pesquisador.

O sistema educacional precisa mudar para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os portadores de necessidades educativas especiais, seja nas salas de aula do ensino regular, seja na forma de apoio ao aluno, aos seus familiares e aos professores, assumindo sua responsabilidade na busca de parcerias com os familiares e toda a comunidade para que direta ou indiretamente, colaborem com aqueles que necessitam de ajuda para adquirir conhecimentos e aperfeiçoá-los conseguindo com isso uma vida digna, respeitosa e

humana, sendo necessário buscar alternativas que promovam o respeito às diferenças individuais e construam um mundo mais igualitário e harmonioso.

Segundo Mantoan, (2007), a primeira sugestão para que se caminhe para uma educação de qualidade é estimular as escolas para que elaborem com autonomia e de forma participativa o seu Projeto Político Pedagógico, diagnosticando a demanda, ou seja, verificando quanto são os alunos, onde estão e por que alguns estão fora da escola.

É primordial que se faça uma análise sobre os fundamentos da educação inclusiva, pois mesmo não tendo consciência do que esta significa, é preciso saber que a mesma regula o trabalho educativo.

No que diz respeito aos profissionais da educação, estes devem formar grupos de estudos a fim de que reflitam e discutam os problemas ocorridos no dia- a- dia em sala de aula, adquirindo e transmitindo experiências.

Com esta finalidade, os Centros de Desenvolvimento do Professor foram idealizados para auxiliar na construção de uma escola de qualidade. Para tanto, estabelece parcerias, acreditando que o mais importante não é apenas encontrar fórmulas que aceleram o aprendizado de alguns alunos e aprovelem os mesmos para séries seguintes, mas analisar a evolução do professor e se a escola está sendo transformada.

2.2 As chaves para uma educação de qualidade

Não se muda a escola de uma hora para outra. Não é o aluno nem o professor sozinho que vão conseguir o sucesso e sim a união de todos que fazem parte do processo, usando sua capacidade e esforço para construírem uma escola mais humana e respeitosa.

É claro que todas essas mudanças pelas quais a escola deve passar vão refletir, de forma diferenciada, em todos os funcionários da escola. Os professores, considerados as peças mais importantes deste projeto inclusivo, no geral, são bastante resistentes às inovações educacionais. Na sua maioria, tendem a elaborar desculpas que se traduzem no impossível. Consideram a proposta pedagógica relevante, mas utópica, impossível de ser realizada com os alunos e nas circunstâncias em que se trabalha. Para realizar a grande meta da inclusão, é necessário pensar um modelo de escola inclusivo abrangendo desde a educação infantil até o nível superior.

O professor da atualidade precisa de uma formação em todas as instâncias. É imprescindível que o professor vá além do seu curso de magistério e almeje por um curso superior, para que aprendam a conhecer e atender as necessidades dos seus alunos, sendo eles portadores de necessidades educativas especiais ou não. Cabe ao professor atender as crianças individualmente e partindo de sua realidade, possa auxiliá-las em seu desenvolvimento. Assim, conviver com as diferenças e superar preconceitos em relação a minoria servirá de subsídios para o crescimento profissional.

Para Mantoan, (2007), os professores, como quaisquer seres humanos tendem a adaptar uma situação nova às anteriores. Para ela, a reação dos professores diante da inclusão se dá devido à forma como estão habituados a aprender de maneira incompleta, fragmentada e essencialmente instrumental, tal qual aprenderam nos cursos de formação inicial, assim como na educação continuada, na qual havia a separação da teoria e da prática.

Além de outros, um conceito que ainda não está claro para os nossos professores é a de formação continuada. Muitos ainda acreditam que esta diz respeito apenas a um grupo que oferece serviços técnicos e que freqüentam as escolas para realizarem a famosa “jornada pedagógica”. Na verdade, formação continuada vai muito além do que essas visitas itinerantes anuais, mas pode e deve ser desenvolvida na própria escola e concretizada em reuniões de professores, planejamentos de aulas e formação de grupos de estudos dos professores da instituição.

Faz-se necessária uma reformulação dos cursos de formação de professores, criação de projetos de educação continuada, que são fundamentais para o aprimoramento e desempenho das suas funções. O Sistema Educacional Brasileiro deve almejar uma educação que atenda suas necessidades, possibilidades e interesses. Para tanto, necessita-se de profissionais responsáveis e competentes do ponto de vista pedagógico e profissional. Dessa forma, pode-se propiciar que os professores sejam capazes de explicar o que outrora só sabiam reproduzir, a partir do que aprendiam em cursos, oficinas, palestras exclusivamente. (Mantoan, 2007.)

É possível evitar que os professores fundamentem suas práticas e argumentos pedagógicos no senso comum, dificultando a explicitação dos problemas de aprendizagem, além de encaminhar o aluno, indevidamente, para as modalidades de ensino especial e outras opções segregativas de atendimento marginalizado, ou ainda, pior, mantê-lo fora do espaço escolar, por conta de diagnóstico incompetente.

Percebe-se que o sistema escolar está montado a partir de um pensamento que recorta a realidade permitindo a subdivisão dos alunos em “normais” e com “deficiência”.

Esse pensamento é organizado por uma visão dominadora própria do pensamento científico moderno, o qual ignora o subjetivo, o afetivo e o criador, sem os quais não se consegue dar início a um novo modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão defende. Para este fim, é necessário que todos busquem, lutem e questionem sobre o currículo, a metodologia e de todo o interesse da classe dominante em relação à permanência do ensino tradicional que é uma forma de reprodução do modelo social vigente ao transmitir basicamente os conteúdos de interesse da classe social hegemônica, ou seja, histórias de outras realidades transformando os alunos em meros reprodutores, incapazes de produzirem suas próprias histórias. Por isso, ainda se encontram professores atuantes do ensino tradicional, pois não tiveram um ensino e aprendizagem voltada para uma metodologia interacionista, isto é, reflexiva, crítica, pensante e produtiva quanto às habilidades e competências diante das atitudes propostas pelo docente em sala de aula.

Os espaços educacionais são criados a partir de alguns pressupostos específicos na área da evolução institucional, que se restringe a determinadas pessoas, ou seja, aquelas denominadas como portadoras de Necessidades Educacionais Especiais – PNEE. Na verdade a diferença é vista como característica no outro, pois o sistema nos deixa impedidos de realizar a experiência da diferença e de conhecer melhor sua riqueza.

Deve-se lutar por uma inclusão escolar que reflita as dimensões ética, crítica e transformadora. Sendo assim, é preciso ter um cuidado maior, quanto à definição e sustentação do que é diferença entre os interesses dominantes e a classe desfavorecida.

Os movimentos em favor da inclusão, dentre os quais os educacionais/escolares, devem seguir outros caminhos que não os propostos pelas políticas de inclusão, porque se deve crer nas ações que contestam as fronteiras entre o regular e o especial, o normal e o deficiente, enfim os espaços simbólicos das diferentes identidades. Nota-se que as ações educativas includentes que propostas têm como foco principal o convívio com as diferenças, a aprendizagem como experiência relacional, participava que produz sentido para o aluno tanto no âmbito escolar quanto no meio em que vive.

As relações de poder vem impondo um ensino voltado à linha tradicional para que assim não percam seu espaço. Continuam com um pensamento fechado promovendo e justificando a fragmentação do ensino em disciplinas, modalidades de ensino regular e especial, as seriações, classificações e hierarquizando os conhecimentos dos alunos. Contudo, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela causa uma crise escolar, ou seja, uma crise de identidade institucional, uma vez que esta é a responsável pelo abalo da identidade dos professores, interferido também na identidade do aluno. O

discente da escola inclusiva é outro indivíduo que não tem uma identidade fixa em uma modelagem ideal, permanente e indispensável. Este deverá receber um ensino mais questionador, crítico, reflexivo, criativo, perante as atividades propostas pelos docentes na sala de aula, a fim de satisfazer suas necessidades, tanto no meio escolar quanto no meio social.

Como já foi dito, apesar da atualidade do tema, a inclusão apresenta uma discordância que merece um olhar especial e reflexivo. Uma dessas divergências diz respeito à necessidade de formação de professores condizentes com a educação especial, devendo centrar-se em saber como aplicar a sua prática docente em sala de aula e que inclua, portanto, oferecendo a aprendizagem de todas aquelas habilidades e estratégias viáveis para alunos portadores de necessidades educacionais especiais (PNEES).

A preparação adequada de todos os educadores que estejam dispostos a trabalhar com portadores de necessidades educacionais especiais, constitui-se um fator chave no progresso do ensino. É visível que o avanço tecnológico e a globalização do ensino permite que esses profissionais busquem uma melhor formação e preparação para que o seu trabalho seja cada vez mais reconhecido, porém para que o educador se supere profissionalmente é preciso um apoio da família e de uma equipe interpessoal como a comunidade, a área da saúde, área psicológica e de todos os governantes da sociedade.

Deseja-se que nessa formação de professores estejam previstos componentes curriculares que reflitam os estudos e conteúdos acerca das necessidades e potencialidades dos alunos, bem como, as decorrentes práticas de ensino a serem adotadas em classes do ensino regular

O professor da escola inclusiva tem a responsabilidade de educar tanto crianças na classe comum, quanto aos PNEES, além da responsabilidade de assegurar que os alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais sejam membros integrantes e valorizados na sala de aula. Assim, operacionalizar o discurso de inclusão/integração dos discentes portadores de necessidades educacionais especiais deve se concretizar como ações do tempo presente e não como possibilidades futuras. Portanto, a escola deve priorizar estratégias na construção de sua cidadania com qualidade formal e política. Ao educando não basta estar incluído em uma sala de ensino regular se, junto com os colegas, não desenvolverem sua capacidade intelectual, crítica e criativa. Desse modo, a escola deve oferecer a todos, sem exceção, os componentes de emancipação, pela apropriação dos conhecimentos, pelo desenvolvimento do aprender, e do saber pensar para que possam, efetivamente, serem incluídos em uma sociedade que está globalizando sua economia e que visa cada vez mais

terceirizar seus serviços. Sendo assim, os que tiverem melhor desenvolvido seus conhecimentos e habilidades terão prioridade no mercado de trabalho.

Nota-se que os alunos que não são bem sucedidos na escola são geralmente rotulados e classificados como deficientes e encaminhados para classes ou escolas especiais ou acabam sendo selecionados como alunos de baixo nível de rendimento escolar, de repetência e evasão que constitui o fracasso escolar que se abate fundamentalmente sobre as crianças das camadas populares com ou sem necessidades educativas especiais. É visível que por trás dessa visão de cultura homogênea ocorre uma diversidade de manifestações culturais determinadas por diferenças de classe social, raça, gênero e características individuais.

A população com necessidades educativas especiais é aquela que possui evidentes traços que a colocam em situação de diferença significativa em relação à população em geral. Porém, esses traços não são os maiores determinantes do seu sucesso ou fracasso escolar, mas sim, a qualidade do trabalho pedagógico com ela realizado.

Dessa forma, é necessário que esta população faça um trabalho pedagógico diversificado com maior estruturação e preparação de professores e outro qualquer profissional, não na perspectiva de suprir carências, mas que atenda a uma diversidade cultural real, expressa de determinações de classe, raça, gênero, que possibilite ao mesmo tempo a confrontação dessas diferentes manifestações à cultura universal.

Pretende-se então, uma escola que inclua efetivamente alunos com necessidades educativas especiais, na qual a deficiência não seja encarada pelo prisma do que falta a essas pessoas, que as diferenças culturais não sejam transformadas em deficiências escolares e a própria trajetória escolar não se constitua em mais um mecanismo de produção e reprodução da deficiência, porque a função da educação numa sociedade democrática é criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades para o exercício da cidadania, respeitando as diferenças de cada um. Nessa perspectiva, é notório que um dos desafios para a garantia de qualidade do ensino e da aprendizagem dos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais é a existência de uma política de formação de professores e a existência de um projeto compartilhado com a aprendizagem e o desenvolvimento integral de seus alunos atentos às diversidades sociais, culturais e pessoais, buscando sempre contribuir para que essas diferenças não se tornem causa de evasão e de exclusão escolar.

Levando em consideração esses aspectos, observa-se que a formação do educador para o atendimento dos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais ainda é um problema que dificulta o andamento do processo de inclusão na escola. Pretende-se uma

educação de qualidade composta por direitos e deveres, na qual o aluno, seja ele Portador de Necessidades Educacionais Especiais ou não, tenha seu espaço garantido, levando-o a um caminho para a compreensão do mundo, o espaço e para a própria construção do conhecimento. Diante disso, faz-se necessário estudar, investigar e analisar o processo de formação do educador para o atendimento destes alunos na escola inclusiva.

III - EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a abertura de uma escola para a vida

A educação oferecida no Brasil, antes de qualquer coisa, deve ser analisada sob um discurso de “interesses” no atendimento desse serviço. O ensino foi organizado de forma fragmentária com o objetivo de alimentar e servir aos interesses e valores de uma pequena minoria descomprometida com o bem estar educacional, social e econômico.

Esses resultados também têm sido presentes em Várzea da Roça, apesar da existência de alguns investimentos no campo educacional, como a formação de professores, por exemplo, que trouxe a possibilidade de discutir e aplicar teorias e metodologias em prol do sucesso educacional dos alunos.

Na perspectiva de quebrar paradigmas e remover barreiras, a Educação Inclusiva chega com o objetivo de uma educação de qualidade para todos. Assim, para atender aos propósitos deste trabalho de evidenciar o conceito que os professores da Rede Municipal de Ensino de Várzea da Roça têm de Educação Inclusiva optou-se por realizar este trabalho em quatro escolas de contextos diferentes. As escolas municipais José Carneiro de Oliveira e o Centro Educacional Manoel Martiniano de Almeida apresentam histórico recente de índices elevados de evasão, tendo a primeira, enfrentado dificuldades, provenientes de interferências negativas na aprendizagem dos alunos originados de famílias desestruturadas enquanto na segunda escola, evidencia-se a falta de compromisso e desmotivação gritante por parte dos alunos no desempenho das atividades escolares.

As demais escolas pesquisadas situam-se na sede do município. O Centro Educacional Padre João Farias que atende a maior demanda de alunos do município e enfrenta o desafio de realizar um trabalho significativo frente às salas superlotadas de alunos. A outra escola, Odilon Sena Cerqueira, por sua vez, caracteriza-se pela forte presença de crianças marginalizadas, que, oriundas de famílias desequilibradas e ausentes na sua formação, vêem na escola a oportunidade de alcançarem um dia, o sucesso.

É de suma importância relatar que, com exceção da Escola José Carneiro de Oliveira, as demais gozam de uma maioria de professores licenciados em Pedagogia, aptos para lecionar de 1ª a 4ª série. Apesar das dificuldades existentes na realidade educacional deste município, percebe-se que os professores anseiam por melhorias e resultados

satisfatórios, acreditando que a escola deve mediar a construção do conhecimento, tendo como objetivo levar a cultura para um número cada vez maior de pessoas.

Embora outras instituições importantes como família e igreja contribuam para a preparação do indivíduo, é da escola a maior responsabilidade, quando se trata da formação pedagógica. É através dela que a sociedade adquire, fundamenta e modifica constantemente sua participação, colaboração e adaptação, sendo fundamental valorizar a diversidade dentro da comunidade humana, aceitando a contribuição apresentada por cada indivíduo.

Quando se fala sobre o processo de inclusão escolar e a necessidade de serviços de apoio, partimos da idéia de que a inclusão é mais do que uma mudança de sistema de ensino para o aluno com necessidades educacionais especiais. O processo de inclusão é a necessária existência, implantação, implementação de várias instâncias de serviços de apoio. Para que o mesmo se concretize, faz-se necessário discutir criticamente os múltiplos aspectos sobre educação, ou seja, a concepção dos professores sobre o processo de ensinar e o processo de aprender, sobre o sujeito que aprende e como este sujeito aprende, sobre as dimensões do conhecimento, sobre o contexto social, econômico e cultural em que o educando e o educador encontram-se, entre outros fatores.

É necessário refletir sobre o paradigma da Inclusão, ou seja, ter clareza de que em vários momentos ele pode ser visto como uma forma de “baratear” a educação já que a Educação Especial é uma forma de atendimento específica e considerada, economicamente de alto custo. Se o pensamento dominante vai por este caminho, tende-se a acreditar que a inclusão seja sinônimo de ensino regular, defendendo a idéia de que a educação nas escolas regulares é a melhor opção e que o professor dará conta de promover o processo de conhecimento e desenvolvimento de valores junto à ampla e complexa diversidade humana no que se refere aos comprometimentos físicos, sensoriais, mentais, motores, autistas, altas habilidades, entre outros aspectos existentes em cada realidade institucional.

Por outro lado se acredita que a Inclusão é, sim, direito de acesso e permanência à escolarização para uma educação de qualidade no propósito de “promover” a cidadania em condições dignas a um ser humano, ou seja, capaz de significar o aprender a aprender dos alunos, e, portanto, tendo clareza de que as especificidades humanas existem e que devem ser levadas em conta, é possível alcançar novos horizontes.

O principal desafio da Educação Inclusiva é o sucesso de todos os alunos e, para isso, a representação que o professor faz de seu aluno se torna um ponto relevante da

questão. Ela definirá a forma das relações entre eles e dará sentido às experiências que serão vivenciadas.

3.1 – INTEGRAR E INCLUIR: confusão terminológica que conduz a uma prática ineficiente

Nota-se que a Rede Municipal de Ensino de Várzea da Roça tem investido na formação continuada dos docentes, a exemplo da disponibilização do curso de Licenciatura em Pedagogia de 1ª a 4ª séries. No entanto, de acordo com as inquietações presentes nas falas dos educadores, percebe-se que as escolas nas quais trabalham não tem oferecido uma educação de qualidade, ou seja, uma Educação Inclusiva. Quando questionada se a escola na qual trabalha tem se adequado às propostas da educação inclusiva, a professora M fez a seguinte observação:

“Não. Na escola que leciono, costuma-se integrar os alunos com necessidades educativas especiais aos alunos considerados ‘normais’. Sabemos que a participação é parte essencial da dignidade humana, do gozo e exercício dos direitos humanos, porém, não podemos afirmar que a educação está sendo feita de forma inclusiva”.
(Professora M, 2007)

Na verdade, as escolas de Várzea da Roça têm acolhido todas as crianças que as procuram, além de se preocupar com os que não demonstram interesse na educação escolar, como por exemplo, os que não se matriculam ou evadem. Porém, infelizmente, essa preocupação excessiva para atrair e manter o aluno na escola se justifica muito mais por conta dos interesses político-financeiros do que pelo papel consciente que deve ser realizado por todos os envolvidos e interessados direta e indiretamente com a educação.

Evidencia-se, na fala da professora M que a escola está desenvolvendo o papel apenas de integrar os alunos Portadores de Necessidades Especiais aos alunos considerados ‘normais’. A mesma ressalta a importância de garantir o gozo e exercício aos direitos humanos, mas mesmo assim a escola não trabalha nesta direção. O que ela faz é apenas receber o educando, sem contudo priorizar um ensino especializado.

Pode-se perceber que alguns dos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Várzea da Roça já têm uma visão clara no que diz respeito ao processo de inclusão, porém a escola não dispõe de recursos suficientes para a realização da pedagogia inclusiva e acaba realizando um trabalho excludente.

Entende-se como integração o processo de inserção daqueles que estavam excluídos na sociedade para que façam parte de um contexto de relações, que implica reciprocidade, determinando a sua interação com os diversos grupos sociais.

No âmbito escolar, integrar significa realizar um processo de educar/ensinar crianças ditas normais junto com crianças portadoras de necessidades educativas especiais durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola.

Nesse contexto, nota-se que os professores abaixo citados têm um conhecimento amplo a respeito da integração, como podemos observar na fala da professora R, (2007) quando diz que integrar é na verdade um ‘remendo’ de uma educação inclusiva, em que se coloca a criança na sala de aula, mas as mesmas não recebem condições igualitárias de aprendizagem e estão ali por estar. Este pensamento também se confirma na fala da professora K, (2007), quando menciona a integração como início da inclusão, sendo aquela o processo de simplesmente juntar. Às vezes o aluno não acompanha o nível da turma; é colocado na sala de aula apenas sendo mais um na turma”.

O ato de integrar/inserir são movimentos dos processos de integração e inclusão. Porém, o objetivo da integração é de apenas oferecer oportunidades para que as pessoas possam participar dos processos político – econômico - social, caso esta seja a sua vontade. Na verdade, esta participação do indivíduo se fundamenta como um movimento de “estar” na sociedade ou “estar” na escola, sem, contudo, contar com um empenho vigoroso na busca de um atendimento de qualidade em qualquer esfera da sociedade.

É claro que se deve considerar a integração como um passo importante para uma sociedade mais humana e sem discriminações, porém, não podemos considerar que “viver” e “estar entre os homens” sejam palavras que apresentam o mesmo sentido, sendo a primeira a que maior se aproxima do processo de incluir.

Considerando essa abordagem e as condições estruturais e pedagógicas em que se encontram as escolas do município de Várzea da Roça, percebe-se que estas têm promovido a integração, cumprindo uma exigência normativa para acolher todas as crianças Portadoras de Necessidades Educativas Especiais (PNEE). Entretanto, percebe-se facilmente que tal integração não evolui para a pretendida inclusão, o que fica evidente na fala da professora K, segundo a qual os alunos integrados, na sua maioria são colocados na sala de aula, apenas como mais um, sem, contudo, receber um atendimento especial para que desenvolvam com sucesso suas habilidades e competências. .

Para alguns professores, Educação Inclusiva é aquela que garante acessibilidade do educando às classes regulares, sem, contudo, preocupar-se com o

desenvolvimento de habilidades ou com a segregação e fracasso desses educandos” (Prof. D, 2007) . Para outros é quando acontece a inserção de alunos com necessidades educativas especiais, junto a outros alunos considerados ‘normais’” . (Prof. M, 2007)

Observa-se que, na fala dos professores D e M, há um entendimento de Educação Inclusiva como sendo um processo de Integração. Sabemos que o processo de integrar e incluir objetiva garantir a acessibilidade de todos na educação, porém a Educação Inclusiva vai mais além, pois garante educação de qualidade para todos por meio de uma escola preparada para atender às necessidades cognitivas e emocionais dos alunos, ao invés de somente os inserir em sala de aula.

É de fundamental importância compreender que a integração pressupõe ampliação da participação em situações comuns para os grupos que se encontravam excluídos, seja em escolas especiais ou os que nunca tiveram acesso, segregados nas próprias residências ou comunidades. E para todos, deve-se buscar a educação escolar baseada no princípio da inclusão.

Além disso, há professores com entendimento superficial do que é a Educação Inclusiva. A professora N, (2007), entende a Educação Inclusiva como aquela que proporciona a todos a chance de aprender atitudes de solidariedade e cooperação, contribuindo para a formação de pessoas produtivas e críticas com capacidade para interferir na sociedade. A professora K, (2007), entende que todos recebam o mesmo tratamento, a mesma metodologia, de forma adequada ao nível da turma.

As afirmações acima deixam entrever que uma parcela dos professores pesquisados não tem um entendimento amplo a respeito do conceito do processo da inclusão, mas já começam a compreendê-lo.

A primeira educadora menciona sobre a oportunidade de igualdade para todos. No entanto, não explicita quais os principais mecanismos para a promoção da Educação Inclusiva.

A segunda, por sua vez, detém algum conhecimento acerca do que é incluir, porém descaracteriza os princípios que o norteiam quando fala em nível de turma.

A escola que pretende trabalhar a inclusão deve estar comprometida em promover uma educação de qualidade para todos, buscando sanar as dificuldades individuais de cada aluno, por meio de pesquisas e estudos de grupo.

Outro fator preocupante é a confusão que alguns professores do município de Várzea da Roça fazem sobre Educação Inclusiva e Educação Especial. É relevante citar dados obtidos, em que a professora T, (2007), entende a filosofia inclusiva como o

processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de algum distúrbio de aprendizagem em turmas regulares desde a pré-escola até o seu maior grau de ensino.

O dado acima deixa claro que alguns professores do município se referem à Educação Inclusiva como a inserção apenas de Portadores de Necessidades Especiais. Sabe-se que o quanto instituições criadas para reger o convívio entre os homens tendem a reforçar a discriminação e a criar territórios que classificam e hierarquizam os cidadãos justamente a partir de suas diferenças. As pessoas com deficiência, síndromes, são historicamente identificadas como páreas sociais em função de um conjunto de igualdades mais ou menos constantes que acabam por definir seu lugar na sociedade: lugar de exclusão. Dessa forma, o ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial a qual se apresenta numa grande variedade de formas incluindo escolas especiais, unidades pequenas e a integração das crianças com apoio especializado. O ensino especial é desde sua origem um sistema separado de educação das crianças com deficiência, fora do *ensino regular*, baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares.

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos.

Outro ponto importante, que merece reflexão, é como a idéia de inclusão vem sendo disseminada. Percebe-se que as informações recebidas dizem respeito a uma educação que inclui os deficientes patológicos e não uma educação de qualidade para todos.

Ainda mais grave é a concepção que a professora D, (2007), tem sobre educação especial, quando afirma que é aquela que proíbe qualquer tipo de diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência das pessoas. Trabalha com as diferenças, desenvolve habilidades, respeita as especificidades de cada um.

O pensamento da professora acima citada está equivocado e peca quando diz que esta não promove discriminação. Mesmo reconhecendo a importância do trabalho que envolve a educação especial não se pode deixar de admitir que a mesma vem fortalecendo a exclusão.

Por sua vez, a Educação Especial tem sido considerada como a educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física, múltipla ou decorrente de distúrbios invasivos do desenvolvimento. As pessoas são atendidas em classes de educação especial percebidas como “enfermos e incapazes” e suas limitações, como impeditivas de uma vida normal em sociedade, como afirma Rosita Edler, (2007).

A Educação Especial, analisada sob o prisma da discriminação, ao invés de ser proveitosa, traduz-se um fato desastroso na nossa cultura, onde a mesma nos leva a pensar que convivemos com uma duplicidade de educação, cuja finalidade não é a mesma para todos.

Enquanto alguns professores confundem a Educação Especial com a Educação Inclusiva outros já detêm um conhecimento satisfatório sobre o significado de Educação especial, afirmando que esta é:

“Uma educação organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Algumas escolas dedicam-se apenas a um tipo de necessidade, enquanto que outras se dedicam a várias. O ensino especial tem sido alvo de críticas por não promover o convívio entre as crianças especiais e as demais crianças. O sistema regular de ensino precisa ser adaptado e pedagogicamente transformado para atender de forma inclusiva”. (Prof. C, 2007)

“Partindo da concepção de que ‘especial’ refere-se a alguém que merece atenção em grau maior, a Escola Especial é um ambiente destinado ao recebimento exclusivamente de alunos que em circunstâncias peculiares necessitam de um atendimento diferencial”. (Prof. J, 2007)

Diante das citações acima, entende-se que a Educação especial tem acarretado uma série de equívocos percebidos na “separação” entre os profissionais que trabalham para a Educação Especial e os demais educadores. A dualidade ocorre nos órgãos gestores de educação, pois têm sido precárias as parcerias institucionais entre grupos de Educação Especial e seus pares em todos os níveis de ensino/aprendizagem.

O atendimento da Educação especial deve ser complementar e necessariamente diferente do ensino regular e se destina a atender às especificidades dos discentes com necessidades especiais, dispondo principalmente de recursos necessários, como por exemplo, o conhecimento do Sistema Braille, libras, entre outros, que ajudam a eliminar barreiras que dificultam o relacionamento destes com o meio externo.

De acordo a Lei LDB 9394/96, os alunos de 7 a 14 anos não podem frequentar unicamente os serviços de Educação especial (classes especiais, salas de recursos e outros). Eles devem de maneira obrigatória estar matriculados e frequentando regularmente as turmas de acordo com sua faixa etária nas escolas comuns. Trata-se de cumprir a lei, no que diz respeito ao direito indisponível de todos à educação, havendo uma possibilidade de punição aos pais ou responsáveis caso os mesmos negligenciem o direito de seus filhos. Dessa forma, estaremos realizando importantes conquistas.

Outra característica da escola especial são os professores habilitados para trabalharem exclusivamente com alunos portadores de necessidades especiais, como

acrescenta a professora Z, (2007), quando diz que são classes formadas por crianças portadoras de necessidades especiais e que têm professores habilitados para trabalharem com essas crianças.

Para tanto, especial não deve ser a modalidade de ensino e sim o tratamento que o educador deve oferecer aos alunos no ensino regular. Nesta perspectiva, a escola e os educandos não devem ser percebidos como comuns ou “especiais”, mas que estes demandem uma situação combinada “comum e especial”, ou ainda, preferencialmente, uma situação compreensiva, ou seja, inclusiva.

Partindo da premissa de que quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas mais ela adquire o genuíno conhecimento, fica fácil entender por que a segregação não é prejudicial apenas para o aluno com deficiência. A mesma prejudica todos, porque impede que as crianças das escolas regulares tenham oportunidade de conhecer a vida humana com todas as suas dimensões e desafios.

O ensino especial tem sido alvo de críticas por não promover o convívio entre as crianças especiais e as demais crianças, apresentando uma metodologia direcionada a um público específico, o que de certa forma, acaba separando as pessoas, selecionando, excluindo. Porém, não podemos fechar os olhos para os resultados positivos alcançados por esta modalidade de ensino, como o desenvolvimento de habilidades dos alunos que a freqüentam.

É notável que a educação brasileira vem sendo cada vez mais deteriorada pelo sistema educacional, uma vez que este implanta no currículo uma metodologia estável, pela qual os conteúdos transmitidos nem sempre contribuem para a elevação do nível de aprendizagem dos alunos.

Tudo isso ocorre devido à falta de conscientização e interesse dos gestores frente ao significado da formação continuada dos professores, bem como, as reformas no currículo, na metodologia e nos recursos, adequando assim o sistema para receber e respeitar a individualidade de cada aluno e prepará-lo para que possa desempenhar o seu papel de cidadão atuante.

No município de Várzea da Roça não é diferente, pois percebemos que o desejo de desempenhar um trabalho de qualidade emana do discurso de alguns professores mas que eles não se sentem capazes de lecionar em uma escola inclusiva, usando como justificativa a falta de formação continuada do professor que ofereça suporte para desenvolver um trabalho satisfatório. Isso também é perceptível nas idealizações da professora K, que

afirma não ter especialização no assunto, nem apoio do sistema em oferecer condições, mesmo que os professores demonstrassem interesse.

“Não. Uma vez que não recebi suporte adequado para atender essa demanda. Outro fator importante é que o sistema educacional brasileiro não está preparado para esta situação e mesmo que o professor queira, ele não possui subsídios”.
(Prof. R, 2007)

A preocupação em formar educadores habilitados para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais no Brasil é recente. O surgimento veio através das novas concepções em educação especial, as quais priorizam a interação e integração dos Portadores de Necessidades Especiais nas escolas regulares de ensino.

A experiência integrada com a teoria é de grande relevância para a formação do professor e deve estar presente nos cursos de preparação dos mesmos. O sistema educacional, ao considerar a perspectiva de oferecer ensino de qualidade, deve investir com seriedade e responsabilidade na formação inicial e continuada dos profissionais de educação, dando ênfase à teoria e à prática, capacitando o docente a fim de proporcionar condições para a realização de um trabalho satisfatório tanto no âmbito escolar, quanto no meio social.

É importante ressaltar que a constante atualização dos profissionais não deve ser algo peculiar apenas ao sistema educacional brasileiro, sendo a especialização necessária e importante para o sucesso em qualquer profissão. Esta não deve limitar-se apenas a um curso de graduação na universidade, e sim à busca constante de conhecimentos, devendo-se contextualizar toda bagagem teórica, examinando suas relações com a aprendizagem, no sentido de transformar sua sala de aula em espaço prazeroso e rico em aprendizagem. Porém, se o professor não demonstrar atitudes de interesse, comprometimento e responsabilidade, todos os esforços serão inúteis.

A qualificação adequada de todos os educadores que desejam trabalhar com portadores de necessidades educativas especiais constitui-se um fator relevante no progresso do ensino, visto que os avanços tecnológicos são constantes. Além disso, algumas reflexões se fazem necessárias no que diz respeito à expansão da proposta inclusiva para níveis de escolarização progressiva, objetivando contribuir para uma nova agenda educativa, na qual conste o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a renovação do modelo educativo vigente, de modo que se possa oferecer educação permanente e de boa qualidade para todos.

Deseja-se que, nessa formação de docentes, estejam previstos componentes curriculares que contemplem estudos e conteúdos acerca das necessidades e potencialidades dos alunos, bem como as decorrentes práticas de ensino a serem adotadas em classes comuns do ensino regular.

É oportuno esclarecer que a valorização do profissional de educação deve ser prioridade para qualquer gestor, mas é necessário reiterar que de nada adiantará a qualificação e valorização salarial, se os professores não estiverem envolvidos verdadeiramente com a causa.

O papel da Educação especial na perspectiva inclusiva, é, pois, imprescindível e não pode ser negado, mas dentro dos limites de suas atribuições, sem que se exagerem nos seus espaços de atuação específica. Essas atribuições repetidas contemplam e apóiam o processo de escolarização de alunos com deficiência que estão regularmente matriculados nas escolas comuns.

O termo inclusão foi oficializado no encontro em Salamanca na Espanha em 1994, tendo sido emitido nesta ocasião, um documento sobre os princípios, a política e a prática da educação para os PNEES, e apontada a urgência de ações educacionais capazes de reconhecer as diversidades de seres e atender quaisquer que sejam as suas necessidades físicas, sociais e lingüísticas. Estariam aí incluídos os portadores de necessidades especiais, as crianças de rua, as que trabalham, os nômades e as minorias culturais e sociais.

Percebemos que na visão de alguns professores a concepção de educação inclusiva está muito clara.

Para o professor R é:

“Aquele que transpõe barreiras na busca por uma educação de qualidade e acessível a todos, não importando a deficiência apresentada pelos alunos, afinal, todos possuímos algum tipo de deficiência. Incorpora nem só aspectos de aprendizagem mas também a estrutura da escola (espaço físico, material didático, para didático...)”. (2007)

“É a que atenta à diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos – alunos em salas de aula comuns em um sistema regular de ensino de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal”. (2007)

É lamentável perceber que alguns professores têm conhecimento teórico sobre Educação Inclusiva, mas esse conhecimento não se reflete na prática pedagógica.

Os professores do referido município enfrentam vários obstáculos para promover uma educação de qualidade “especial”, “inclusiva”. Dentre estes obstáculos podemos mencionar a pouca preocupação dos gestores municipais como prefeito e vereadores e os demais responsáveis pela educação, além da falta de estrutura dos espaços físicos das escolas como também a falta de compromisso e preparação de alguns educadores que vêm interferindo na realização de um trabalho educacional satisfatório. Sendo assim, deve ser papel fundamental dos administradores e das escolas municipais fazer com que as mesmas priorizem as necessidades educativas especiais (PNEES) dos alunos, oferecendo a devida autonomia e preparação adequada para seus professores.

A professora citada abaixo detém um conhecimento amplo a respeito da temática ora discutida, embora o discurso não esteja condizente com a realidade da escola onde trabalha. A mesma afirma que Educação Inclusiva é:

“... a educação que trata de uma reestruturação da cultura da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades. Com o objetivo do crescimento a satisfação pessoal e a inserção social de todos”.(Prof. C, 2007)

Proceder-se-á a uma explicitação do significado de algumas expressões citadas acima para que se possa refletir de forma consciente sobre os procedimentos pedagógicos e administrativos realizados na escola. Segundo o dicionário Melhoramentos o termo “diversidade” significa “diferença”, “contradição”. Por sua vez o termo “abordagem humanística” refere-se ao tratamento dado especificamente ao sistema filosófico daqueles que colocam acima de tudo o amor à humanidade”, ou seja, é o “ ato ou efeito de humanizar”. Já o sentido do termo “democrática”, diz respeito à forma de governo na qual o poder emana do povo” e “perceber as singularidades” significa “qualidade de particular, específico”. A partir dessa observação, verifica-se que há uma distância entre o significado das palavras e a realidade vivenciada em nossas escolas. É claro que as salas de aula do município de Várzea da Roça estão repletas de alunos que trazem consigo suas diferenças, contradições e peculiaridades, porém o tratamento dado pela escola está longe de ser humanista e democrático, priorizando o ser humano e garantindo a ele o poder de viver democraticamente. Ao contrário, estes são colocados em salas de aulas superlotadas e muitos passam despercebidos de suas potencialidades. Além disso, os avanços conseguidos pelos alunos, seja em maior ou menor grau, são vistos como uma vitória quando analisadas a desmotivação salarial dos educadores e as condições estruturais e pedagógica em que as escolas se

encontram. Pode-se considerar como ponto de partida para o sucesso da Educação Inclusiva o reconhecimento do educador de que o aluno PNEES é um ser capaz, como declara a professora C, (2007).

“ É um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular tendo como objetivo o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A educação inclusiva atenta à diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos – alunos, em salas de aulas comuns em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos”.

O dado acima alerta a todos os educadores sobre a importância de oferecer um tratamento igualitário no ensino regular, a fim de atender as dificuldades peculiares de cada aluno, diversificar opções de aprendizagem, oferecer apoio aos alunos experimentando dificuldades e a desenvolver relações com pais e comunidade.

Infelizmente, percebe-se que uma parcela dos educadores de Várzea da Roça, envolvidos na pesquisa, demonstra conhecer o real objetivo da escola para todos, embora, como já foi dito, não haja indícios da existência do desenvolvimento da prática pedagógica inclusiva, como foi comprovado pela análise do documento PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola) elaborado nas escolas no ano de 2006. Tal análise evidencia que, atualmente, as escolas varzeanas promovem tão somente uma integração dos alunos, embora já se vislumbre o despertar para o movimento mais amplo da inclusão.

Fica claro, portanto, que discutir e trabalhar a Educação Inclusiva é um compromisso de todos. E para que se alcance os objetivos da mesma, é preciso que haja algumas modificações na organização e no funcionamento da escola, e que todo e qualquer docente comprometido com a filosofia da inclusão estimule e direcione a aprendizagem de modo a aumentar a auto-confiança, a participação plena da sociedade, e use mais o seu poder pessoal a fim de desafiar os alunos para as constantes mudanças sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desse trabalho foi o de relatar alguns aspectos da realidade educacional, assim como evidenciar o grau de conhecimento dos educadores do município de Várzea da Roça a respeito da inclusão escolar, haja vista que essa temática ainda não é objeto de reflexão para uma parcela dos professores entrevistados. Os dados obtidos vêm confirmar o quanto estes estão despreparados quando se deparam com situações relacionadas à pedagogia inclusiva.

O modelo de educação oferecido nas escolas brasileiras encontra-se desajustado em relação ao que garante os Parâmetros Curriculares Nacionais. As propostas do MEC são válidas, mas precisam ser reestruturadas, o que deve ser feito de maneira coerente, respeitando-se as diferenças culturais e sociais das diversas regiões do país.

O processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na classe regular de ensino já é uma realidade, muito embora sua implementação permaneça lenta, o que tem dificultado o alcance a que se propõe.

Pode se verificar junto aos integrantes do sistema de ensino que falar de educação inclusiva parece utopia, pois esta é vista como algo desconhecido uma vez que o sistema encontra-se despreparado em todos os sentidos para processá-la, já que muitos são os fatores que impedem o sucesso da inclusão. Entre estes estão a incoerência das leis que amparam a educação no Brasil e a sua prática. Outro ponto peculiar é propor a realização da inclusão sem levar em consideração o apoio dos pais, sem realizar sistemas de parcerias com a comunidade, trabalho voluntário e, principalmente, considerar a qualidade do trabalho dos professores e demais funcionários da rede regular. Sem levar consideração tais aspectos correr-se-á o risco de reforçar o preconceito e criar uma falsa imagem de igualdade de direitos e de conquista da cidadania, e excluir os alunos gradativamente do sistema de ensino.

Durante a pesquisa foi detectado que uma parcela de professores apresentaram um pensamento confuso a respeito dos conceitos integrar/incluir, acreditando que os objetivos e ações dos mesmos são iguais. Alguns educadores quando questionados não conseguem discernir a diferença entre educação especial e inclusiva. Outros descreveram com precisão o conceito de inclusão, embora os resultados obtidos nas escolas mencionadas evidenciem o contrário.

Sabe-se que somente o conhecimento terminológico e a discussão de integrar ou incluir não se caracterizam como garantia do sucesso educacional. É claro que o modo de implementar, no contexto da realidade educacional brasileira, este modelo de escola inclusiva consiste em um dos pontos mais relevantes, porém se o professor não tiver absorvido um conhecimento claro e amplo do conceito de incluir pode cometer erro e colocar em prática uma metodologia distante do que a inclusão propõe.

Aos educadores, como sujeitos de um processo de educação no país, cabe a responsabilidade, o cuidado e o compromisso de enfrentar o desafio e oportunizar a essas crianças a conquista do seu espaço na escola e na sociedade.

Para esse fim, a formação do professor tanto em nível médio quanto em nível superior deve buscar a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dos componentes curriculares nela baseados, para que a educação inclusiva seja efetivamente realizada. O estabelecimento de diretrizes e ações políticas visando a inclusão dos alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais não pode deixar de considerar que a sua implementação exige ousadia e coragem.

Para que o professor possa se constituir em agente de qualificação do ensino, é preciso que possua competência para enxergar, analisar e criticar o processo pedagógico de forma abrangente. Além disso, a inclusão não pode ser bem sucedida em escolas públicas se os programas de governo não oferecerem formação continuada a fim de modelar técnicas inclusivas e colaborativas em seus projetos e cursos.

Espera-se que muito brevemente todas as pessoas acreditem na inclusão e percebam que ela é necessária para que assim possa ser construída uma sociedade onde as diferenças não sejam vistas como deficiências e sim como uma simples característica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Brasília:1999.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição Brasileira.** Brasília: 1988.
www.fundabrinq.org.br/_Abrinq/documents/publicacoes/Con1988br.pdf – acesso em 07/11/2007.

BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Brasília:1996. www2.uel.br/prorh/index.php?content=legislacao/ldb.html - 123k .
acesso em 07/11/2007.

BRASIL, MEC. **Educação Especial: tendências atuais.** Brasília: 1999.

BRASIL, MEC. **Educação Inclusiva: documento subsidiário à política de inclusão.** Brasília: 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem: educação inclusiva.** 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo & GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Aprender com as diferenças.**
<http://www.planetaeducacao.com.br/novo/artigo.asp>. acesso em 14/07/2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão.**<http://www.pedagobrasil.com.br/novo/artigo.asp>.acesso em 14/07/2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér – **Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha.** [Revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/434/330](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/434/330). Acesso em 15/08/2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Integração x Inclusão Escola (de Qualidade) para todos.** <http://www.cjb.org.br/hod/inclusao/textos/integracao.htm>. acesso em 27/06/2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér – **O direito de ser sendo diferente, na escola.**
www.cjf.gov.br/revista/numero26/artigo06. Acesso em 14/07/2007.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér – **Não há mal que sempre dure.**
<http://www.bancodeescola.com/malhtm>. acesso em 14/07/2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér – **Todas as crianças são bem-vindas à escola.**
<http://www.pro-inclusao.org.br-textos.html>. acesso 04/07/2007.

MAZZOTA, Marcos José Silveira – **Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira.** www.bancodeescola.com.br. acesso em 10/07/2007.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira – **Inclusão integração ou claves da vida humana.** <http://www.defnet.org.br/mazzott2.htm>. acesso em 27/06/2007.

ROMANELLI, Otaíza de oliveira. **História da Educação no Brasil.** 22 ed. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentod de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VÁRZEA DA ROÇA, **Plano de Desenvolvimento Educacional PDE.** Escola Municipal Odilon Sena Cerqueira, 2007.

VARZEA DA ROÇA, **Plano de Desenvolvimento Educacional PDE .** Escola Municipal José Carneiro de Oliveira, 2007.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

CELEDÓN, Esteban Reyes – **Inclusão escola: um desafio.** file://C:\Documents and Settings. Acesso em 26/05/2007.

FAVERO, Eugênia Augusta Gonzaga – **Inclusão social: um compromisso.** www.deficienteeficiente.com.br/normas_abnt.htm. acesso em 10/08/2007.

GLAT, Rosana & NOGUEIRA Mário Lúcio de Lima – **Políticas educacionais e formação de professores para educação inclusiva no Brasil.** www.cnotinfor.pt/inclusiva/pdf/Educacao_inclusiva_Br_pt.pdf. acesso em 08/08/2007.

GONÇALVES, Cláudia Alaminos – **Os entraves da inclusão escolar: reflexões a partir da psicanálise.** http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000000320. acesso 04/07/2007.

MACEDO, Lino de – **Fundamentos para uma educação inclusiva.** www.educacaoonline.pro.br. acesso em 22/06/2007.

MONTE, Zuleide O – **Inclusão: Novo Paradigma.** <http://www.centrorefeducacional.com.br/Inclnpd.htm>. acesso em 26/07/2007.

MRECH, Leny Magalhães – **Educação Inclusiva: realidade ou utopia?** www.educacaoOnline.pro.br. acesso em 05/06/2007.

PEREIRA, Marilú Mourão – **Inclusão escolar: um desafio entre o ideal e o real.** File://C:\Documents and Settings. Acesso 02/06/2007.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-CAMPUS IV
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
PROGRAMA REDE UNEB 2000-NÚCLEO VÁRZEA DA ROÇA
CONVÊNIO UNEB /FAPES/PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA

Esta atividade faz parte do trabalho de conclusão do Curso de Pedagogia do Programa Rede Uneb 2000, que será apresentado em forma de monografia. Como este trabalho é de relevância sócio-cultural, tendo em vista a compreensão do fenômenos da inclusão escolar, de modo a contribuir com a melhoria da qualidade de ensino do nosso município faz-se necessário o recolhimento de dados e informações. Assim, gostaríamos que colaborasse conosco, respondendo os seguintes questionamentos:

PROFESSOR(a) _____

ESCOLA _____

SÉRIE _____

- 1 – Na sua concepção, o que é Educação Inclusiva?
- 2 – Para você, o que é Educação Especial?
- 3 – Enquanto docente, qual o seu entendimento em relação a integração?
- 4 – A escola que você trabalha tem se adequado às propostas da Educação Inclusiva?
- 5 – Diante de uma indicação para lecionar em uma escola inclusiva você se sentiria capacitado(a) para desenvolver um bom trabalho? Justifique.